

Os pais, os prefeitos municipais e os agentes comunitários de saúde foram grandes parceiros do Ministério da Saúde neste ano.

Vou explicar melhor: a campanha de vacinação de agosto foi a maior de nossa história. Vacinamos mais de 99% das nossas crianças contra a paralisia infantil. Isso significa que as famílias atenderam à orientação do Ministério da Saúde e compareceram maciçamente aos postos de vacinação.

Na segunda dose, em outubro, repetimos o êxito alcançado na primeira dose. Nas regiões mais carentes, o que tem contribuído para o sucesso das campanhas de vacinação é o trabalho dos agentes de saúde. Há pouco mais de um mês, alcançamos a marcar histórica dos 50 mil agentes comunitários de saúde. Eles assistem as comunidades mais distantes, e as famílias que eles visitam ficam mais resistentes ao ataque das doenças.

Outra realização extraordinária foi das prefeituras, que formaram consórcios municipais de saúde. Essa iniciativa dos prefeitos se propaga pelo País inteiro, e, hoje, há registros de 109 consórcios implantados e com excelentes resultados para a população. O consórcio é uma ótima solução para os municípios grandes e pequenos. No caso dos pequenos, os prefeitos juntam os recursos e uma cidade entra com hospital, outra com a maternidade, uma terceira com laboratório, e assim por diante.

Como são sempre municípios vizinhos, os nossos consórcios têm em média dez municípios e o atendimento está sempre ao alcance de quem precisa. Nos maiores, há aqueles que dispõem de hospitais melhor equipados. Nesses casos, as prefeituras vizinhas participam com

recursos financeiros. Recursos que são administrados por entidades civis formadas pelas prefeituras.

O Governo Federal incentiva a formação de consórcios. No mês de outubro, eu estive em Uberlândia, em companhia do Ministro da Saúde, Carlos Albuquerque, para lançar o manual orientador da formação de consórcios, que queremos duplicar em 98. No ano que vem, vamos ampliar o processo de descentralização da saúde. Neste mês, começaremos a habilitar os municípios que atenderem às exigências do Sistema Único de Saúde, para que passem a receber os recursos imediatamente. No próximo ano, será implantado o cartão do SUS, para identificação do usuário e que vai facilitar o processo de atendimento nos postos de saúde, hospitais e maternidade. O cartão SUS, com a numeração única em todo o País, passa por terminais de computador e vai mostrando aos bancos de dados do Ministério da Saúde os centros de atendimento mais procurados pelos usuários. A partir daí, haverá melhores critérios para concentração de serviços e distribuição de recursos.

Hoje é comum o cidadão de uma cidade procurar o atendimento médico em outra cidade. Aí, o que acontece é o seguinte: o município onde ele mora deixa de gastar, e o que prestou assistência gasta mais do que tem e recorre ao Ministério da Saúde. Com o controle através do cartão SUS, o Ministério ano a ano vai mandar mais verbas para os centros que, na prática, prestam mais serviços de saúde. E em 98 vamos realizar a mais ampla distribuição de remédios para a população carente, residente nos municípios com menos de 21 mil habitantes. A distribuição da farmácia básica vem sendo testada desde outubro na região Norte. São 40 medicamentos para os problemas de saúde mais frequentes. Já começamos a atender aos municípios do Norte com menos de 21 mil habitantes. Agora, em dezembro, passamos a atender também à região Nordeste. No próximo ano, ampliaremos a distribuição da farmácia básica para as demais regiões. Os remédios chegarão, portanto, aos 4.115 municípios menores.

O Governo Federal fez uma aliança definitiva com as famílias, os prefeitos e os agentes comunitários de saúde. Essa parceria, sem dúvida alguma, vai fazer, a partir de 98, a grande mudança para melhorar a saúde dos brasileiros.